

SOCIEDADE

Das “brincadeiras inócuas” à aceitação do “poder do mais forte” na praxe

Elísio Estanque Há uma relação entre praxe e carreirismo político? É um dos temas abordados num livro sobre a praxe académica que é apresentado amanhã

Entrevista Camilo Soldado

Elísio Estanque chegou a Coimbra em 1985, quando a reposição da praxe já se tinha normalizado. Os anos na cidade onde é docente na Faculdade de Economia e investigador do Centro de Estudos Sociais permitiram-lhe ir acompanhando a evolução dos comportamentos no contexto estudantil.

Foi com base na experiência de observador-participante, mas também em recolha de informação, artigos de jornais e entrevistas, que o sociólogo escreveu um ensaio sobre estes rituais académicos, editado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, com o título *Praxe e Tradições Académicas*, que será apresentado amanhã, em Coimbra. Todas as citações referidas nas perguntas desta entrevista são retiradas deste livro.

“Depois de passar a usar o traje senti-me outra.” Pedia-lhe para comentar.

Costuma-se dizer que o hábito faz o monge. A ideia de se ter atingido um determinado estatuto que, simbolicamente, representa um reforço de poder na relação com o grupo, com os mais novos, acaba por influenciar a atitude. A pessoa foi subalterna até um dado momento e a partir dali passa a atingir o verdadeiro estatuto de estudante de pleno direito.

Refere que começaram a surgir os primeiros casos de abuso na praxe a partir dos anos 90 e início do milénio, que corresponde a um período de maior massificação do ensino superior. Há uma relação?

A quantidade e qualidade nem sempre caminham à mesma velocidade. A partir do momento em que se multiplica por n vezes a presença de estudantes no ensino superior, isso também significa uma alteração de

qualidade. Criaram-se dinâmicas de massificação. Note-se que essa abertura e massificação são resultado de democracia, de conquistas emancipatórias e absolutamente necessárias para o desenvolvimento de uma sociedade. Porém, não se pode perder de vista que, enquanto a universidade era mais elitista, irreverência, violência e capital cultural mantinham-se em algum equilíbrio. Com o acesso ao ensino superior, o *background* cultural de muitos dos estudantes é inferior. A modernização da sociedade foi colocando a universidade sobre uma lógica mercantilista. Todo o tipo de pressões levam a que o estudante venha para a universidade e tenha que acabar o curso em determinado prazo. Por outro lado, Coimbra foi até ao início do século XX a única universidade do país, trazia jovens de todas as origens geográficas, o que ajudou a que a composição social dos estudantes fosse muito cosmopolita. Com a democracia e multiplicação da oferta, as universidades regionalizaram-se. A proximidade estimula as deslocações a casa semanalmente. O período de fixação do estudante na cidade é reduzido.

De que forma é que o menor envolvimento com a dinâmica da cidade se relaciona com aumento de rituais violentos?

Não há uma relação de causa efeito. Mas acho que isso contribui para uma maior superficialidade na relação do estudante com aquilo que são os conteúdos e o significado dos elementos da natureza cultural, informativa que sempre existiram no ambiente académico – as tertúlias, as correntes culturais e literárias que tiveram lugar em muitas cidades universitárias. A sociedade de consumo estimulou subjectividades orientadas por um certo sentido individualista. Esse sentimento de alguma solidão e propensão para o consumo tem



A praxe não deixa de ser um ritual de inserção no colectivo que parece compensar o excesso de individualização de relações sociais

vindo a ser acompanhado por momentos e formas de atracção que projectam as representações da juventude e estimulam muitos jovens a uma partilha muito exaltada de contextos mais ou menos lúdicos, de excitação, de entrega identitária. A praxe não deixa de ser um ritual de inserção no colectivo que parece compensar esse excesso de individualização de relações sociais.

Nem que para isso seja humilhado a dado ponto?

Sim. Também faço referência a um debate em Lisboa, em que uma estudante fala do direito a ser humilhada. São vários os estudantes que fazem essa referência e são entusiasticamente aplaudidos por toda a plateia onde se reivindica o direito à humilhação. Isso não deixa de

nos interpelar. Parece haver um discurso nessas actividades que veicula isto: “Tens que aprender a aceitar o poder do mais forte.”

“A praxe ensina-nos isso. Tens uma pessoa acima de ti quer queiras, quer não.” Estes estudantes vêem isso como positivo.

É isso que nos deixa algo perplexos. Sobretudo a nós, de gerações mais velhas, que aprendemos a valorizar os valores democráticos, o respeito pelo outro, as relações horizontais e de igualdade. Preocupa-me. Procura-se naturalizar a ideia de uma sociedade que precisa de ser vigiada, em que o indivíduo só tem sucesso se aceitar o poder, o que pode conduzir a práticas despóticas. Essa possibilidade de poder abusivo, muitas vezes,

Entrevistas a alunos e artigos publicados, mas também a observação directa da praxe em Coimbra, são as bases de trabalho de Elísio Estanque

ADRIANO MIRANDA



de praxe sabem que, a partir das lealdades que se constroem desde o início, se criam laços que mais tarde dão frutos. Quando mobilizam para a praxe, não há nenhuma justificação a dar, é como no exército. Se isso funciona assim para um acto de praxe, pode mais tarde funcionar para um acto político.

Há quem argumente que a violência que acontece no contexto de praxe não é praxe. Qual o seu entendimento?

Isso é a leitura que os estudantes fazem e a justificação que os mais sintonizados com esses rituais veiculam frequentemente: “A praxe é uma coisa necessária, tem a ver com as tradições, tem que cumprir determinada função integradora e tem todo um conjunto de códigos e valores que é preciso respeitar.” No nosso olhar, enquanto sociólogos, a realidade é aquilo que é, mesmo quando ela, nos seus contornos mais particulares, distorce aquilo que era suposto ser. Essa invocação de uma praxe em estado puro, por demarcação dos excessos, não deixa de ser um elemento retórico com pouca adesão à realidade.

Se num dia típico de praxe encontro uma série de meninas a gatinhar, com as “doutoras” a dirigir o grupo com ordens; se vejo jovens alinhados com os olhos no chão a ouvir berros e gritaria de quem está à frente... Posso dizer que são brincadeiras inócuas.

Mas também posso constatar que determinados casos espelham uma forma de imposição de um poder, de uma hierarquia, que veicula uma relação de poder que tende a dizer ao mais novo “para estares aqui tens que te submeter”.

O exercício do poder simbólico. Que tende a ser reiterado de geração em geração. Mas acho que os jovens olham mais o lado lúdico, sobretudo depois de passar determinados testes. O caloiro acaba de chegar e depara-se com uma postura mais autoritária dos doutores mais velhos. No final da noite vão para os copos e ali desfaz-se um pouco aquela clivagem. O jovem de repente fica com a ideia de que, afinal, está a ser protegido pelo mais velho.

camilo.soldado@publico.pt

não é posta em prática. Mas há um pormenor: o mais velho, que está numa posição de poder, depois de uma expectativa de imposição arbitrária do poder pode condescender e não aplicar de facto esse poder. Mas o simples facto de estar a mostrar ao mais fraco que “não te faço mal, mas se eu quisesse fazia” não deixa de ser preocupante.

Associa a cultura praxista ao carreirismo político. Pode explicar?

Tento questionar até que ponto há a relação de uma coisa com a outra. Entrevistei alguns protagonistas que me expressaram de forma bastante clara que os núcleos duros mais politizados, mais próximos de partidos políticos, estão atentos a tudo isso. Quando promovem iniciativas

100

Em Julho, numa carta aberta, 100 personalidades pediram às universidades alternativas à praxe. Em Setembro foi o ministro Manuel Heitor quem escreveu às instituições apelando ao mesmo

“A resposta não pode ser a punição”

Este ano houve um número maior de instituições de ensino com programas alternativos à praxe. Como vê estas iniciativas?

À partida, bem. A resposta à praxe não pode ser a punição. As instituições deveriam investir mais em modalidades de recepção aos novos alunos oferecendo-lhes oportunidade de aceder ao conhecimento, estimular a curiosidade, mostrar o potencial de património e de cultura que têm na universidade e nas cidades. Devia haver mais sintonia [entre universidades e

autarquias]. Mas a dinamização não pode ser confundida com consumo desbragado de cerveja e outros, que respondem também a interesses comerciais.

Que corresponde à ideia de mercantilização que referia.

Exacto. Às vezes, esses poderosos interesses das marcas e dos patrocinadores acabam por ter uma força tal que contribui para atenuar ou apagar o que poderia ser uma intervenção mais reguladora por parte das universidades e autarquias.

Depois, essas iniciativas [novas de

acolhimento] foram mais evidentes do que no passado também porque o actual ministro tem uma postura mais...

Declarada contra a praxe.

Não sei se dizer isso explicitamente é positivo ou não.

Pode causar mais resistências?

Pode.

E alternativas que partam dos estudantes?

Podem vir a ganhar relevância no futuro se houver um maior esforço de aproximação às estruturas formais do associativismo estudantil e vice-versa.

PUBLICIDADE

Bolsa de Avaliadores Comissão de Avaliação de Medicamentos

A Comissão de Avaliação de Medicamentos (CAM) é um órgão consultivo do INFARMED, responsável pela análise técnico-científica dos novos medicamentos.

Constituição da Bolsa de Avaliadores

O INFARMED, I.P., pretende constituir uma Bolsa de Avaliadores para a Comissão de Avaliação de Medicamentos (CAM).

Descrição das funções

Avaliações de medicamentos, designadamente autorizações de introdução no mercado e outros assuntos de carácter técnico relacionados com medicamentos.

Perfil técnico de avaliador

- Formação universitária com experiência especializada nas áreas das ciências médicas ou farmacêuticas.
- Conhecimentos e competências na área específica a que se candidata.
- Ausência de interesses, financeiros ou outros, em qualquer entidade sujeita às atribuições do INFARMED, I. P., que sejam suscetíveis de afetar a sua imparcialidade e independência.

Condições

Os membros da CAM têm direito a uma compensação própria pela emissão dos pareceres que lhe sejam solicitados.

Candidaturas:

As candidaturas devem ser formalizadas conforme formulário disponível em <http://www.infarmed.pt/> e deverá incluir uma carta de motivação e uma nota curricular (máximo de duas páginas) que servirão de base aos critérios de avaliação das candidaturas.

As candidaturas estão abertas nas seguintes áreas de especialidade:

- Área clínica: cardiologia, dermato-venereologia, doenças infecciosas, endocrinologia, farmacologia clínica, gastroenterologia, genética médica, ginecologia / obstetrícia, hematologia clínica, imunoalergologia, medicina geral e familiar, medicina interna, nefrologia, neurologia, oncologia médica, pneumologia, psiquiatria, reumatologia.
- Biodisponibilidade e bioequivalência.
- Estudos não clínicos (farmacologia ou toxicologia).
- Qualidade do medicamento.

Informação adicional consulte www.infarmed.pt